DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 9710/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/4885/2018
PROTOCOLO	: 1902831
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL – MS
JURISDICIONADO	: JOÃO CARLOS KRUG
CARGO	: PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 16/2018
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 8/2018
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES
CONTRATADA	: G & L INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP
VALOR	: R$ 148.993,00
SEDE DE APRECIAÇÃO	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 1ª E 2ª FASES – PREGÃO PRESENCIAL – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES – INSTRUMENTO REGULARMENTE FORMALIZADO – ATOS LEGAIS E REGULARES – PROSSEGUIMENTO.

Trata-se do exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de **Pregão Presencial n.º 8/2018** – (fls. 56-89) e da formalização do Instrumento de **Contrato Administrativo nº 16/2018** - (fls. 220-226) celebrado entre as partes já nominadas.

O objeto do pacto recai sobre a contratação de empresa para confecção de uniformes, para serem distribuídos aos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria de Educação, conforme Cláusula Primeira do Contrato – fls. 220.

A Cláusula Nona revela que o valor estipulado para a contratação é de R$ 148.993,00 (cento e quarenta e oito mil novecentos e noventa e três reais) – fls. 223.

O contrato foi estabelecido para vigorar pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com vigência no período de 09/02/2018 a 08/02/2019 – Cláusula Nona – fls. 223.

A Unidade de Instrução e o d. Ministério Público de Contas, após análise dos documentos abrangendo os atos praticados nestas primeira e segunda fases opinam pela *regularidade* e *legalidade* do procedimento licitatório e da formalização contratual, consoante Análise *ANA–2ªICE–18658/2018* - (fls. 247-252) e o r. Parecer *PAR-4ªPRC-19010/2018* - (fls. 253-254).

É o relatório.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, parágrafo único, II, *"a"* do RITC/MS, razão pela qual passo ao exame do mérito, que recai sobre o procedimento licitatório e a formalização do Instrumento Contratual, conforme previsto no art. 120, I, *"a"*, II do regramento supra.

A Lei Federal n.º 10.520/02, o Decreto Municipal n.º 1.534/08 e a Lei Geral de Licitações amparam o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de **Pregão Presencial n.º 8/2018** – (fls. 56-89) instaurado pelo Município de Chapadão do Sul/MS.

O processo está instruído com a autorização, dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, ato de nomeação do pregoeiro e equipe de apoio, Edital e anexos aprovados pela assessoria jurídica, documentos de habilitação dos licitantes, atas e deliberações do Pregão e dos atos de adjudicação, homologação e publicação do resultado.

Com relação ao instrumento de **Contrato Administrativo nº 16/2018** - (fls. 220-226), este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93, contendo as cláusulas essenciais previstas no artigo 55, estabelecendo com clareza e precisão as condições para a sua execução.

A publicação do extrato do contrato na imprensa oficial ocorreu dentro do prazo previsto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme documento acostado às fls. 227.

O ato de designação do fiscal do contrato foi apresentado às fls. 229.

Destarte, apreciado o feito pelo Corpo Técnico, este conclui pela *regularidade* e *legalidade* do procedimento licitatório e da formalização contratual, nos seguintes termos - (fls. 251-252), *in verbis:*

> *Diante do exposto, concluímos pela:*
>
> *a) Regularidade e legalidade, do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 8/2018 realizado pelo Município de Chapadão do Sul (CNPJ nº*

24.651.200/0001-72), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso II e alínea "a" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno.

b) Regularidade e legalidade da formalização do Contrato Administrativo nº 16/2018 celebrado entre o Município de Chapadão do Sul (CNPJ nº 24.651.200/0001-72) e a empresa G & L Indústria e Comércio Ltda - Epp (CNPJ nº 01.236.234/0001-03), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso II e alínea "a" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno.

Por sua vez, o douto Ministério Público de Contas assim conclui - (fls. 253)*:*

Pelo que dos autos constam, e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, conclui pela REGULARIDADE E LEGALIDADE do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2018 (integra fls.056) (1ª fase) e FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL nº 016/2018 (integra fls.220) (2ª fase), pois se encontram nos moldes da Lei Federal n° 4.320/64, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 bem como as determinações contidas na Resolução/TC/MS nº 54/2016, com fulcro no inciso I do artigo 59 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c inciso I "b" e inciso III ambos do artigo 121 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas, porquanto, o procedimento licitatório e a formalização do instrumento contratual guardam consonância com as disposições legais aplicáveis à espécie, razão pela qual merecem a aprovação desta Corte de Contas.

Por todo o exposto, aprecio com fundamento no art. 10, II, § 3º, V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, e,

DECIDO:

1 – pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de **Pregão Presencial n.º 8/2018** e do **Contrato Administrativo nº 16/2018** celebrado entre o **Município de Chapadão do Sul/MS**, CNPJ/MF n.º 24.651.200/0001-72, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor João Carlos Krug, CPF/MF n.º 250.233.811-53, como contratante, e, de outro lado, a empresa **G & L Indústria e Comércio Ltda - EPP,** CNPJ/MF n.º 01.236.234/0001-03, representada pelos Senhores Antônio Breschigliari Filho, CPF/MF nº 190.678.609-72, e, Teresa Longhini Breschigliari, CPF/MF n.º 199.310.009-10, como contratada, por atenderem às disposições legais vigentes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno;

2 – pelo **retorno** dos autos à **Divisão de Fiscalização de Educação,** para que promova o acompanhamento da execução financeira, nos termos regimentais;

É a decisão.

Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 18 de outubro de 2018.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator